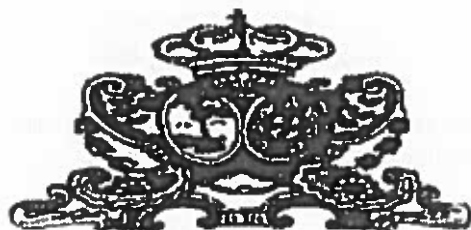


Prof. Ed. J. J. J.



**Santa Casa da Misericórdia
CAMPO MAIOR**

EXERCÍCIO DE 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Índice

Balanço	3
Demonstração de Resultados por Natureza.....	4
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	5
ANEXO	6
1 – Identificação da entidade:	6
2 - Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras:	6
3 - Principais políticas contábilísticas	6
4 – Fluxos de Caixa.....	9
5 - Ativos fixos tangíveis	10
6 - Ativos intangíveis.....	12
7 - Inventários.....	12
8 - Rédito	13
9 - Subsídios do Governo.....	13
10 – Acontecimentos após a data do balanço.....	14
11 – Instrumentos financeiros.....	14
12 - Benefícios de empregados	16
13 - Outras informações	17
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS	20
Demonstrações valências 900101-900102-900103-900104-900110.....	21
Demonstrações valências 900201-900202-900203-900406-900512.....	22
Demonstrações valências 900513-900632-900637-900638-900640.....	23
Demonstrações valências 900641-900643-900647-900648-900649.....	24
Demonstrações valências 900650-900647-900652-900653-900654.....	25
Demonstrações valências 900655	26

Balanço

Rubricas	Notas	31/12/2017 (1)	31/12/2016 (2)
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	5.734.430,02	5.889.385,23
Activos Intangíveis	8	3.025,00	3.025,00
Investimentos Financeiros	11,4	3.967,30	3.859,07
		<u>5.741.422,32</u>	<u>5.876.269,30</u>
Ativo corrente:			
Inventarios	7	7.510,58	7.331,91
Créditos a receber	11,1	24.815,99	37.738,42
Estado e outros entes públicos	11,1+13,1	6.602,34	17.997,70
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11,1	8.253,00	5.732,00
Diferimentos	11,1+13,3	2.823,32	4.102,18
Outros ativos correntes	11,1+11,5	225.526,75	196.819,90
Caixa e depósitos bancários	4+11,2	86.120,68	63.150,89
	11,1	<u>361.652,66</u>	<u>332.673,00</u>
Total do Ativo		<u>6.103.074,98</u>	<u>6.208.942,30</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS :			
Fundos	13,4	1.246.994,74	1.246.994,74
Reservas	13,4	16.191,37	16.191,37
Resultados transitados	13,4	3.436.209,25	3.564.311,27
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	13,4	345.487,61	359.889,48
Resultado líquido do período	13,4	<u>2.280,21</u>	<u>(128.102,02)</u>
Total dos Fundos Patrimoniais		<u>5.047.163,18</u>	<u>5.059.284,84</u>
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	11,3	529.739,53	599.134,24
		<u>529.739,53</u>	<u>599.134,24</u>
Passivo corrente:			
Fornecedores	11,1	98.633,77	170.042,98
Adiantamento de utentes	11,1+11,6	76.336,73	-
Estado e outros entes públicos	11,1+13,1	58.744,93	33.595,73
Financiamentos Obtidos	11,1+11,3	104.752,57	78.867,70
Outros passivos correntes	11,1+11,6	187.704,27	268.016,81
	11,1	<u>526.172,27</u>	<u>550.523,22</u>
Total do Passivo		<u>1.055.911,80</u>	<u>1.149.657,46</u>
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		<u>6.103.074,98</u>	<u>6.208.942,30</u>

O Contabilista Certificado

Pedro Magalhães Carvalho

Pedro Magalhães Carvalho
Nº 40115

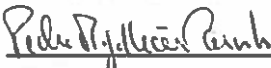
A Mesa Administrativa

[Handwritten signatures and stamps]
A Mesa Administrativa Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior

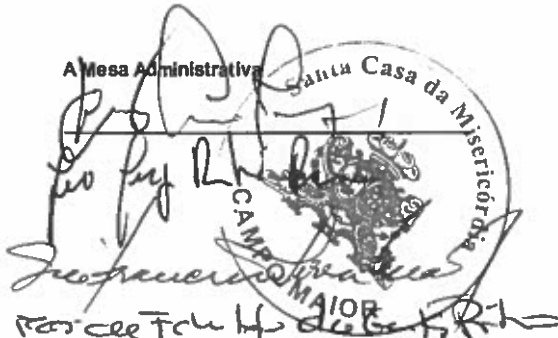
Demonstração de Resultados por Natureza

Rendimentos e Gastos	Notas	2017 (1)	2016 (1)
Vendas e serviços prestados	8	672.205,01	707.112,04
Subsídios, doações e legados à exploração	9	1.026.457,04	867.839,50
Trabalhos para a própria entidade		98.399,07	90.040,78
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(195.353,54)	(203.575,73)
Fornecimentos e serviços externos	13,2	(285.040,39)	(249.312,91)
Gastos com o pessoal	12	(1.331.822,64)	(1.355.706,86)
Imparidades de dívidas a receber (Perdas/Reversões)		5.921,00	3.100,53
Aumentos/reduções de justo valor		-	80,69
Outros rendimentos	8+13,5	257.283,31	247.313,79
Outros gastos	13,5	(114.587,52)	(95.471,75)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		133.441,34	11.420,08
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(108.945,33)	(115.286,91)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		24.496,01	(103.866,83)
Juros e rendimentos similares obtidos	13,6	511,82	-
Juros e gastos similares suportados	13,6	(22.727,62)	(24.235,19)
Resultado antes de impostos (EBT)		2.280,21	(128.102,02)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		2.280,21	(128.102,02)

O Contabilista Certificado



Pedro Magalhães Carvalho
Nº 40115


A Mesa Administrativa

 João Fajalberto
 José Francisco
 Rosário Falcão

Demonstração de Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	2017 (1)	2016 (2)
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		974.591,89	955.308,76
Pagamentos a fornecedores		(596.011,25)	(551.410,18)
Pagamentos ao pessoal		(901.079,64)	(918.708,40)
Caixa gerada pelas operações		<u>(522.499,00)</u>	<u>(514.809,82)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(63.052,38)	(65.036,22)
Outros recebimentos/pagamentos		679.153,06	673.094,06
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>93.601,68</u>	<u>93.248,02</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	158,00
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>-</u>	<u>158,00</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		2.263,69	5.476,23
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(49.373,88)	(46.902,00)
Juros e gastos similares		(23.521,70)	(23.846,70)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u>(70.631,89)</u>	<u>(65.272,47)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		63.150,89	35.017,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4+11,2	<u>86.120,68</u>	<u>63.150,89</u>

O Contabilista Certificado

 Pedro Magalhães Carvalho
 N° 40115

A Mesa Administrativa

 Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior



Nome, Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

ANEXO

EXERCÍCIO DE 2017.

1 - Identificação da entidade:

1.1 – Designação da Entidade: **Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior**

1.2 - Sede: **Largo Dr. Alberto Santos, em Campo Maior.**

1.3 – Natureza da atividade: A Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior, foi constituída em 22 de Novembro de 1925, iniciando a sua atividade em Novembro desse mesmo ano e foi considerada, pessoa coletiva de utilidade pública administrativa que tem como principal finalidade a prática de atos de beneficência e assistência, criada pelo Despacho ministerial publicado no Diário da Republica II Série nº 126 de 1-6-1979 e tem como atividade principal com o código de atividade económica (CAE) nº 87902 – atividades de apoio social com alojamento, com o numero de identificação fiscal 500 867 658

1.4 – Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidades de euro.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL

Portaria nº 220/2015, de 24 de julho – Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria nº 218/2015, de 23 de Julho – Código das Contas;

Aviso 8259/2015, de 29 julho – NCRF-ESNL

Decreto-Lei nº 98/2015, de 02 de Junho - SNC

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o exercício anterior

No presente exercício não se verificam quaisquer alterações.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da SCMCM, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada.

[Handwritten signatures and initials]

Activos fixos tangíveis		
Ativo fixo tangível	2017	2016
Edifícios e outras construções	50 anos	50 anos
Equipamento básico	4 anos	4 anos
Equipamento de transporte	4 anos	4 anos
Equipamento administrativo	2 a 8 anos	2 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos	2 a 8 anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração de resultados por naturezas.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Ativos Fixos Tangíveis em Situação de Arrendamento

Os ativos fixos tangíveis em situação de arrendamento são constituídos por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente.

Os ativos fixos tangíveis em situação de arrendamento são mensurados ao custo. Os custos suportados com os ativos fixos tangíveis em situação de arrendamento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre estes bens são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

Imparidade de Ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam por ela controláveis e se possa mensurar com fiabilidade o seu valor. São amortizáveis a partir do momento em que se encontrem em uso pela aplicação do método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos. Conforme quadro seguinte.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

O custo com os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento em determinadas circunstâncias, são considerados como um gasto, sendo refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são finitas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

Ativos Intangíveis		
Rubricas	2017	2016
Trespases	0	0

Demonstrações Financeiras 2017



Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Método de custeio
Matérias -primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
Outros custos incorridos, para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
Variações de justo valor

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos o custo estimado de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviço compreende o justo valor (fixado livremente entre as partes, numa base de independência) da contraprestação recebida ou a receber decorrentes da atividade normal da entidade. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) abatimentos e descontos.

A entidade reconhece o rédito da venda de bens quando este possa ser fiavelmente mensurável seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, os riscos e vantagens significativas da propriedade do bem são transferidos para o comprador e não seja mantido um envolvimento continuado da gestão com grau associado de posse controlado efetivo dos bens vendidos. No caso da prestação de serviços, o reconhecimento do rédito encontra-se associado ao grau de acabamento do serviço.

Subsídios

No contexto da atual Lei de Bases da Segurança Social, as IPSS enquadram-se na função de solidariedade ou redistributiva, em que se acionam mecanismos de transferências sociais que têm como intuito responder a situações de carência, incluindo a prevenção ou reparação de situações de pobreza ou exclusão social.

Desde os primeiros estatutos das IPSS de 1979, reforçados com a Lei-quadro da Segurança Social, que o Estado reconhece o contributo das IPSS para prossecução dos objetivos da segurança social, e estabelece que o apoio que lhes é prestado se concretiza sempre através de acordos, com os Centros Regionais de Segurança Social, que têm regras legais e estabelecem os direitos e obrigações de cada uma das partes. Estes acordos são uma forma de financiamento tendo em conta os serviços prestados pelas instituições.

O financiamento público às IPSS não se resume ao apoio financeiro, engloba também participações para equipamentos e instalações, verbas decorrentes do programa de luta nacional contra a pobreza, subsídios concedidos por entidades locais, isenções e regalias fiscais advindas do seu estatuto de utilidade pública.

Os subsídios apenas são reconhecidos quando existam garantias de que a entidade cumprirá as condições estipuladas para a sua concessão e que os mesmos irão ser recebidos. No caso dos subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos na rubrica "Subsídios à exploração" do período a que se referem, independentemente da data do seu recebimento.

Já os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis e ou ativos intangíveis com vida útil finita são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica "Outras variações nos Fundos Patrimoniais", sendo subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e relacional nos períodos contabilísticos considerados necessários para balanceá-los com gastos com eles relacionados. Os subsídios relacionados com ativos tangíveis não depreciáveis e ativos intangíveis com vida útil indefinida são mantidos nos Fundos Patrimoniais.

Imposto sobre o rendimento

A entidade não está sujeita a Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (Acréscce também a tributação autónoma sobre os encargos, e as taxas previsto no artigo 88.º do código do IRC).

Dívidas de Utentes e terceiros

As dívidas de utentes e terceiros não têm implícitos juros e são apresentadas no balanço pelo seu valor nominal deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a refletir a sua quantia recuperável. As perdas por imparidade são registadas quando ocorram acontecimentos que indiquem, de forma objetiva e quantificável, que parte ou mesmo a totalidade do saldo em dívida não será recuperável. O desreconhecimento das dívidas de utentes ocorre apenas quando os direitos contratuais aos recebimentos resultantes do ativo financeiro se realizam, expiram ou são transferidos para outra entidade.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros (fornecedores e outros) são registadas ao custo e apresentadas no passivo corrente. O seu desreconhecimento verifica-se quando ocorre a liquidação, cancelamento ou expiração dessas dívidas (cessação das obrigações decorrentes dos contratos).

Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal da operação, e os gastos associados são reconhecidos de imediato na demonstração de resultados. Os gastos de financiamento (juros e outros) incorridos no período são registados como gastos na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo. Os empréstimos superiores a um ano são classificados no balanço como passivos não correntes.

Periodização

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos.»

Caixa e depósitos bancários

Os valores incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" traduzem-se nos montantes de caixa, depósitos a prazo e outros depósitos bancários, que não tenham quaisquer restrições de movimentação, sendo reconhecidos no ativo corrente.

Benefícios de empregados

Os benefícios dos empregados incluem diversas rubricas como sejam, salários, ordenados, retribuições por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação isenção de horário de trabalho, etc. São ainda acrescidos os encargos com as contribuições para a segurança social, bem como seguros de acidentes de trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídios de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2 – Outras políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da SCMCM.

4 – Fluxos de Caixa

4.1 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Decomposição da caixa e equivalentes da demonstração dos fluxos de caixa

	2017	2016
Caixa	1.070,26	21.117,14
Depósitos à ordem	85.050,42	42.033,75
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
	86.120,68	63.150,89

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da SCMCM.

5 - Ativos fixos tangíveis

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registrados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e os ativos fixos tangíveis em situação de arrendamento encontram-se registrados ao custo de aquisição e reavaliados em 2001, pelo trabalho externo da PHIMO – Avaliação, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta.

c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros.

Ativo Fixo Tangível

Rubricas	31 de Dezembro de 2017					
	SalDOS em 01/01/2017	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	SalDOS em 31/12/2017
Custo:						
Investimentos em curso	147.980,50				-147.980,50	0,00
Bens do patrimônio histórico e cultural	25.430,15				-25.430,15	0,00
Terrenos e recursos naturais	375.370,00					375.370,00
Edifícios e outras construções	5.020.707,72	9.355,00			147.980,50	5.178.043,22
Equipamento básico	1.020.718,60	24.603,70				1.045.322,30
Equipamento de transporte	226.788,58					226.788,58
Equipamento administrativo	488.119,40	1.535,04				489.654,44
Outros ativos fixos tangíveis	10.230,73				25.430,15	35.660,88
	7.315.345,68	35.493,74	0,00	0,00	0,00	7.350.839,42
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	3.177.925,45	73.744,08				3.251.669,53
Equipamento básico	988.046,52	18.556,61				1.006.603,13
Equipamento de transporte	226.788,58					226.788,58
Equipamento administrativo	485.556,15	2.043,76				487.599,91
Outros ativos fixos tangíveis	35.660,88					35.660,88
	4.913.977,58	94.344,45	0,00	0,00	0,00	5.008.322,03
	2.401.368,10	-58.850,71	0,00	0,00	0,00	2.342.517,39

Rubricas	31 de Dezembro de 2016					
	SalDOS em 01/01/2016	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	SalDOS em 31/12/2016
Custo:						
Investimentos em curso		147.980,50				147.980,50
Bens do patrimônio histórico e cultural	25.430,15					25.430,15
Terrenos e recursos naturais	375.370,00					375.370,00
Edifícios e outras construções	5.020.707,72					5.020.707,72
Equipamento básico	1.016.984,60	3.734,00				1.020.718,60
Equipamento de transporte	226.788,58					226.788,58
Equipamento administrativo	488.119,40					488.119,40
Outros ativos fixos tangíveis	10.230,73					10.230,73
	7.163.631,18	151.714,50	0,00	0,00	0,00	7.315.345,68
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	3.104.181,37	73.744,08				3.177.925,45
Equipamento básico	968.578,28	19.468,24				988.046,52
Equipamento de transporte	222.844,30	3.944,28				226.788,58
Equipamento administrativo	483.708,09	1.848,06				485.556,15
Outros ativos fixos tangíveis	35.475,89	184,99				35.660,88
	4.814.787,93	99.189,65	0,00	0,00	0,00	4.913.977,58
	2.348.843,25	52.524,85	0,00	0,00	0,00	2.401.368,10

[Handwritten signatures and initials]

Ativos Fixos Tangíveis em Situação de Arrendamento

Rubricas	31 de Dezembro de 2017					
	Saldos em 01/01/2017	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	Saldos em 31/12/2017
Custo:						
Terrenos de edifícios	1.331.475,00		45.000,00		-120.000,00	1.166.475,00
Terrenos rústicos	1.986.891,25					1.986.891,25
Terrenos moradias Sacavém					120.000,00	120.000,00
Edifícios e outras construções	3.452.883,49		90.000,00			3.362.883,49
	6.771.249,74	0,00	135.000,00	0,00	0,00	6.636.249,74
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	3.303.232,61	14.600,88	73.496,38			3.244.337,11
	3.303.232,61	14.600,88	73.496,38	0,00	0,00	3.244.337,11
	3.468.017,13	-	61.504	-	-	3.391.912,63

Rubricas	31 de Dezembro de 2016					
	Saldos em 01/01/2016	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	Saldos em 31/12/2016
Custo:						
Terrenos de edifícios	1.331.475,00					1.331.475,00
Terrenos rústicos	1.986.891,25					1.986.891,25
Edifícios e outras construções	3.452.883,49					3.452.883,49
	6.771.249,74	0,00	0,00	0,00	0,00	6.771.249,74
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	3.287.135,35	16.097,26				3.303.232,61
	3.287.135,35	16.097,26	0,00	0,00	0,00	3.303.232,61
	3.484.114,39	-	-	-	-	3.468.017,13

QUADRO RESUMO		
	2017	2016
Total Rubrica Ativos Fixos Tangíveis	5.734.430,02	5.869.385,23
Ativos Fixos Tangíveis	7.350.839,42	7.315.345,68
Depreciações Acumuladas	(5.008.322,03)	(4.913.977,58)
Ativos Fixos Tangíveis em Situação de Arrendamento	6.636.249,74	6.771.249,74
Depreciações Acumuladas	(3.244.337,11)	(3.303.232,61)

Demonstrações Financeiras 2017



6 - Ativos intangíveis

Os ativos fixos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição.

A vida útil é indefinida, encontra-se no quadro seguinte:

Rubricas	31 de Dezembro de 2017					
	Saldos em 01/01/2017	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	Saldos em 31/12/2017
Custo:						
Trespases	3.025,00					3.025,00
	3.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.025,00
Depreciações acumuladas						
						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.025,00	-	-	-	-	3.025,00

Rubricas	31 de Dezembro de 2016					
	Saldos em 01/01/2016	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	Saldos em 31/12/2016
Custo:						
Trespases	3.025,00					3.025,00
	3.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.025,00
Depreciações acumuladas						
						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.025,00	-	-	-	-	3.025,00

7 - Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.

Indicação do sistema de inventário e forma de custeio utilizados encontram-se no quadro seguinte:

Sistema de inventário	Forma de custeio
Intermitente	Custo médio ponderado

Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, detalham-se conforme segue:

Movimentos	31 de Dezembro de 2017			31 de Dezembro de 2016		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Existência inicial em 1 de Janeiro	7.331,91		7.331,91	7.599,55		7.599,55
Regularizações	(7,70)		(7,70)	(1.347,87)		(1.347,87)
Compras	195.539,91		195.539,91	204.655,96		204.655,96
Existência final em 31 de Dezembro	7.510,58		7.510,58	7.331,91		7.331,91
CMVMC	195.353,54		195.353,54	203.575,73		203.575,73

Handwritten signatures and initials:
P M
P M
P M

8 - Rédito

Quantia de cada categoria significa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016	Variação
Prestação de Serviços			
Infância e juventude			
Creches	116.264,68	120.479,80	-4.215,12
Pré-escolar	87.436,98	93.383,96	-5.946,98
Terceira Idade			
Lares	364.379,58	377.188,83	-12.809,25
Centro de dia	63.711,16	59.621,07	4.090,09
Apoio domiciliário	37.051,61	53.111,38	-16.059,77
Quotizações	3.361,00	3.327,00	34,00
Refeições de Ouguela			0,00
Solidária			0,00
Higiolimpa			0,00
Radio			0,00
Sub totais	672.205,01	707.112,04	-34.907,03
Outros Rendimentos			
Outros rendimentos suplementares	28.544,38	39.313,39	-10.769,01
Rendimentos e ganhos em Investimentos não financeiros			
Alienações em Imob. Corpóreas	34.496,38	21.750,00	12.746,38
Terrenos e recursos naturais	50.066,85	49.842,19	224,66
Edifícios e outras construções	124.587,40	115.477,32	9.110,08
Donativos			0,00
Outros	19.568,30	20.930,89	-1.362,59
Sub totais	257.263,31	247.313,79	9.949,52
Juros			
Juros de depósitos bancários			0,00
Sub totais	0,00	0,00	0,00
Saldo final em 31 de Dezembro	929.468,32	954.425,83	-24.957,51

9 - Subsídios do Governo

Os subsídios recebidos pela entidade foram os seguintes:

Subsidio	Natureza	31 de Dezembro de 2017		
		Capitais Próprios	Passivo	Dem. Resultados
CRSS	Não reembolsável			783.008,08
IEFP	Não reembolsável			2.782,27
POISE	Não reembolsável			67.297,90
POAPMC	Não reembolsável			190,46
POCH	Não reembolsável			124.708,72
Município Campo Maior	Não reembolsável			28.849,74
Projeto escolhas integrar E6G	Não reembolsável			19.397,87
Doações e Heranças	Não reembolsável			222,00
Total		0,00	0,00	1.026.457,04

Subsidio	Natureza	31 de Dezembro de 2016		
		Capitais Próprios	Passivo	Dem. Resultados
CRSS	Não reembolsável			776.379,90
IEFP	Não reembolsável			9.324,16
INR, IP	Não reembolsável			6.449,70
ICGP	Não reembolsável			
POISE	Não reembolsável			67.543,58
Município Campo Maior	Não reembolsável			762,22
Doações e Heranças	Não reembolsável			7.379,94
Total		0,00	0,00	867.839,50

Demonstrações Financeiras 2017



10 - Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

11 - Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas, para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

11.1 - Ativo corrente / Passivo corrente.

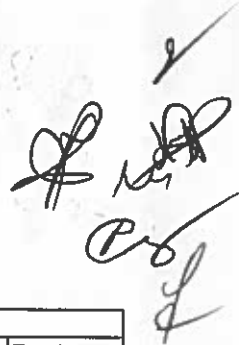
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Ativo corrente / Passivo corrente» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativos Financeiros mensurados ao custo	Perdas por Imparidade acumuladas	Total	Ativos Financeiros mensurados ao custo	Perdas por Imparidade acumuladas	Total
Ativos						
Inventários	7.510,58		7.510,58	7.331,91		7.331,91
Créditos a Receber	33.377,78	8.561,79	24.815,99	42.968,20	5.229,78	37.738,42
Clientes C/C	870,23		870,23	91,50		91,50
Utentes	27.874,47	8.561,79	19.312,68	34.496,47	5.229,78	29.266,69
Clientes com rendas						0,00
Clientes de cobrança duvidosa	885,72		885,72	885,72		885,72
Utentes de cobrança duvidosa	3.747,36		3.747,36	7.494,51		7.494,51
Estado e entes públicos	6.602,34		6.602,34	17.997,70		17.997,70
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	8.253,00		8.253,00	5.732,00		5.732,00
Diferimentos	2.823,32		2.823,32	4.102,18		4.102,18
Outros ativos correntes	225.526,75		225.526,75	196.619,90		196.619,90
Caixa e depósitos bancários	86.120,68		86.120,68	63.150,89		63.150,89
Total do Ativo	370.214,45	8.561,79	361.652,66	337.902,78	6.229,78	332.673,00
Passivos						
Fornecedores	98.633,77		98.633,77	170.042,98		170.042,98
Adiantamentos de utentes	76.336,73		76.336,73			
Estado e entes públicos	58.744,93		58.744,93	33.595,73		33.595,73
Financiamentos obtidos	104.752,57		104.752,57	78.867,70		78.867,70
Outros passivos correntes	187.704,27		187.704,27	268.016,81		268.016,81
Total do Passivo	526.172,27	-	526.172,27	560.523,22	-	560.523,22
Total Líquido	-155.957,82	8.561,79	-164.619,81	-212.620,44	6.229,78	-217.640,22

11.2 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Outros ativos e passivos		
Ativos		
Caixa	1.070,26	21.117,14
Depósitos bancários	85.050,42	42.033,75
Total	86.120,68	63.150,89



11.3 – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Financiamentos obtidos» apresentava a seguinte decomposição:

Instituição de Crédito e sociedade financeira	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Banco Espírito Santo	48.054,48	321.406,20	369.460,68	50.063,92	365.800,92	415.864,84
Caixa Geral de Depósitos	41.666,67	208.333,33	250.000,00	16.666,68	233.333,32	250.000,00
Caixa Works	15.031,42		15.031,42	12.137,10		12.137,10
Totais	104.752,57	529.739,53	634.492,10	78.867,70	599.134,24	678.001,94

Como garantia real do empréstimo bancário do BES constituído em 26 de Novembro de 2009, foi efetuada uma hipoteca voluntária sobre o prédio rústico denominado "Herdade da Grulha", sito na freguesia da assunção concelho de Arronches, inscrito na matriz sob o art.º 13 da secção II e descrito na conservatória do registo predial de Arronches sob o nº 2414 da freguesia da Assunção pelo montante de 1 233 000,00 Euros.

Como garantia real do empréstimo bancário da CGD constituído em 06 de agosto de 2015, foram efetuadas hipotecas voluntárias sobre os seguintes imóveis; prédio na Avenida Calouste Gulbenkian, nº 31 e 33 no concelho de Campo Maior na freguesia de São João Batista com os artigos 1207 e 1208 e prédio na Avenida da Liberdade, nº 22 no concelho de Campo Maior na freguesia de São João Batista com o artigo 2906 pelo montante de 401.819,68 euros.

11.4 – Investimentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Investimentos Financeiros» apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros

Empresa	2017			2016		
	Valor aquisição	Imparidade	Quantia Escriturada	Valor aquisição	Imparidade	Quantia Escriturada
Cooperativa Rayam aior	500,00	-	500,00	500,00	-	500,00
FCT	3.467,30	-	3.467,30	3.359,07	-	3.359,07
		-	-		-	-
Total	3.967,30	-	3.967,30	3.859,07	-	3.859,07

11.5 – Outros Ativos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Outros ativos correntes» apresentava a seguinte decomposição correspondente a aplicações de tesouraria de curto prazo:

Outros Ativos Correntes

Descrição	2017	2016
Ativos Financeiros	46.468,15	98.749,58
Outras Aplicações de Tesouraria - CaixaGest	30.287,20	62.600,92
Outras Aplicações de Tesouraria - CaixaGest Liquidez	16.180,95	36.148,66
Fornecedores (Saldos devedores)		17,01
Pessoal	555,03	334,83
Financiamentos Obtidos (saldos devedores)		1.264,30
Devedores por acréscimos de rendimentos	172.421,66	73.217,75
Outras Receitas Acrescidas - ACIDI	8.687,31	-
Outras Receitas Acrescidas - Centro Dristital Segurança Social	63.316,50	65.021,24
Outras Receitas Acrescidas - IEFPP	700,89	4.807,20
Outras Receitas Acrescidas - POISE	13.671,62	3.389,31
Outras Receitas Acrescidas - POCH	85.854,88	
Outras Receitas Acrescidas - POAPMC	190,46	
Outros Devedores	6.081,71	23.036,43
Devedores Diversos	2,00	22.035,06
Utentes Rendas	6.079,71	1.001,37
	225.526,55	196.619,90

Demonstrações Financeiras 2017



11.6 – Outros Passivos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Outros passivos correntes» apresentava a seguinte decomposição:

Outros Passivos Correntes

Descrição	2017	2016
Adiantamentos de Utentes (valores á guarda)	76.336,73	70.717,56
Adiantamentos ao Pessoal	700,33	247,50
Credores por acréscimos de gastos	187.003,94	197.051,75
Remunerações a Liquidar	183.313,22	189.147,97
Faturas Despesas Fixas	3.690,72	7.903,78
Total	264.041,00	268.016,81

12 - Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes, tendo a entidade a 31/12/2017 um total de 98 funcionários:

12.1 – Gastos com pessoal

Gastos com o pessoal	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações do pessoal	1.044.037,94	1.069.785,46
Encargos sobre remunerações	236.132,75	237.590,99
Seguros	13.282,39	10.334,08
Outros gastos com o pessoal	38.369,56	37.996,33
Total	1.331.822,64	1.355.706,86

12.2 – Pessoal e utentes por valência:

Valências	31-12-2017		31-12-2016	
	Nº médio de funcionários	Nº médio de utentes	Nº médio de funcionários	Nº médio de utentes
Centro de dia	2	27	3	28
Lar Santa Beatriz	38	55	42	55
Apoio Domiciliário	4	17	4	22
Jardim de Infância	16	56	14	46
Centro Comunitário de Ouguela				
Creche Cantinho dos Sonhos	7	37	7	33
Pré-escolar	7	71	11	73
Serviços Apoio Administração	13		12	
Serviços Gerais	8		11	
Empresa Inserção Higiolimpa				
Projeto RLIS	2		2	
Gabinete Alzheimer M@ior	1		1	
Total	98	263	107	257

[Handwritten signatures and initials]

13 - Outras informações

13.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31 de Dezembro de 2017		31 de Dezembro de 2016	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Estado e outros entes públicos				
Ativos				
Imposto sobre o valor acrescentado	6.602,34	6.602,34	17.997,70	17.997,70
Total do ativo	6.602,34	6.602,34	17.997,70	17.997,70
Passivos				
Trabalho Dependente	9.397,00	9.397,00	5.121,62	5.121,62
Trabalho Independente	1.048,66	1.048,66	972,13	972,13
Contribuições para a segurança social	48.094,75	48.094,75	26.731,43	26.731,43
Outras tributações	204,52	204,52	770,55	770,55
Total do passivo	58.744,93	58.744,93	33.595,73	33.595,73
Total liquido	-52.142,59	-52.142,59	-15.598,03	-15.598,03

13.2 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Fornecimentos e serviços externos» apresentava a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-12-2017	31-12-2016
Serviços especializados	134.919,70	84.936,90
Materiais	9.740,29	17.155,32
Energia e fluidos	105.576,30	112.595,23
Deslocações, estadas e transporte	2.389,63	2.605,98
Serviços diversos	32.414,47	32.019,48
Total	285.040,39	249.312,91

13.3 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31-12-2017		31-12-2016	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Ativos				
Gastos a reconhecer				
Seguros	2.823,32	2.823,32	4.102,18	4.102,18
Total	2.823,32	2.823,32	4.102,18	4.102,18

13.4 – Fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31 de Dezembro de 2017					
	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Aplicação	Transferências	Saldo Final
Fundos	1.246.994,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1.246.994,74
Fundos	1.246.994,74					1.246.994,74
Outras variações nos fundos patrimoniais	359.889,48	0,00	14.401,87	0,00	0,00	345.487,61
Subsídios	345.755,48		13.957,87			331.797,61
Doações	14.134,00		444,00			13.690,00
Resultados Transitados	3.564.311,27	0,00	128.102,02	0,00	0,00	3.436.209,25
Resultados Transitados	3.564.311,27		128.102,02			3.436.209,25
Reservas	16.191,37	0,00	0,00	0,00	0,00	16.191,37
Reservas especiais	16.191,37					16.191,37
Resultado Líquido do Exercício	-128.102,02	2.280,21	0,00		128.102,02	2.280,21
Total dos Fundos Patrimoniais	5.059.284,84	2.280,21	142.503,89	0,00	128.102,02	5.047.163,18

Rubricas	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Aplicação	Transferências	Saldo Final
Fundos	1.246.994,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1.246.994,74
Fundos	1.246.994,74					1.246.994,74
Outras variações nos fundos patrimoniais	245.232,18	154.199,30	39.542,00	0,00	0,00	359.889,48
Subsídios	231.098,18	132.729,30	18.072,00			345.755,48
Doações	14.134,00	21.470,00	21.470,00			14.134,00
Resultados Transitados	3.723.694,36	0,00	159.383,09	0,00	0,00	3.564.311,27
Resultados Transitados	3.723.694,36		159.383,09			3.564.311,27
Reservas	16.191,37	0,00	0,00	0,00	0,00	16.191,37
Reservas especiais	16.191,37					16.191,37
Resultado Líquido do Exercício	-159.383,09		128.102,02		159.383,09	-128.102,02
Total dos Fundos Patrimoniais	5.072.729,56	154.199,30	327.027,11	0,00	159.383,09	5.059.284,84

13.5 – Outros gastos/outros rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 as contas de outros gastos/outros rendimentos apresentavam a seguinte decomposição:

	2017	2016
Outros Gastos	114.587,52	95.471,75
Impostos	0,00	943,25
Impostos Indirectos		943,25
Dívidas Incobráveis	10.978,83	1.102,50
Gastos e Perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	
Outros	103.608,69	93.426,00
Correções relativas a períodos anteriores	3.185,67	118,06
Donativos	485,00	
Quotizações	1.326,24	3.267,16
Outros não especificados (Alimentação Lar)	98.611,78	90.040,78
Outros Rendimentos	257.263,31	247.313,79
Rendimentos Suplementares	28.544,38	39.313,39
Rendimentos e Ganhos em investimentos não financeiros	209.150,63	187.069,51
Outros	19.568,30	20.930,89
Correções relativas a períodos anteriores	276,41	2.970,58
Imputação de subsídios para investimento	13.957,87	17.063,61
Outros não especificados	5.334,02	896,70

13.6 – Meios Líquidos de Financiamento

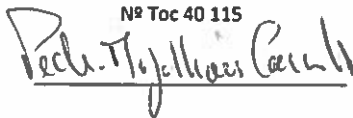
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica dos meios líquidos de financiamento apresentavam a seguinte decomposição:

	2017	2016
Gastos e Perdas de financiamento	22.727,62	24.235,19
Juros Suportados	22.727,62	24.235,19
Juros de financiamento obtidos	22.662,83	24.228,93
Outros juros	64,79	6,26
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	511,82	0,00
Outros rendimentos similares	511,82	0,00
Outros juros	511,82	

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Pedro Magalhães Carvalho

Nº Toc 40 115



153449543

40115

A MESA ADMINISTRATIVA
Provedor

(Luís Eduardo Pereira Machado)

Vice-Provedor

(José Jorge Pereira)

Tesoureiro

(Henrique Costal)

Secretário

(José Francisco Entarnação)

Oficial

(Maria de Fátima Minas Pinheiro)

Campo Maior, 12 de Março de 2018.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CAMPO MAIOR

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS

- 900101 – LAR DE IDOSOS
- 900102 – CENTRO DE DIA
- 900103 – APOIO DOMICILIÁRIO
- 900104 – CENTRO COMUNITÁRIO DE OUGUELA
- 900110 – CANTINAS SOCIAIS
- 900201 – CRECHE
- 900202 – PRÉ ESCOLAR
- 900203 – C.SONHOS
- 900406 – EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA
- 900512 – SOLIDARIA
- 900513 – HIGIOLIMPA
- 900632 – FORMAÇÃO INICIAL FORMADORES
- 900637 – PRODER
- 900638 – MEDIDAS ESTIMULO 2012
- 900640 – PROJETO PRODER
- 900641 – GABINETE ALZHEIMER
- 900643 – ESTAGIO
- 900647 – RLIS
- 900648 – REATIVAR
- 900649 – FUNDO RAINHA D.LEONOR
- 900650 – INR COACHING CUIDAR
- 900647 – INR IMAGEM POSITIVA
- 900652 – INR ESPAÇO ESTIMULO
- 900653 – ESCOLHAS INTEGRAR E6G
- 900654 – CENTRO QUALIFICA
- 900655 - POAPMC



Demonstrações Financeiras 2017

Demonstrações valências 900101-900102-900103-900104-900110

RUBRICAS	900101 - LAR DE IDOSOS			900102 - CENTRO DE DIA			900103 - APOIO DOMICILIAR			900104 - CENTRO COMUNITARIO DE OUGUELA			900110 - CANTINAS SOCIAIS		
	2017	2016	Variação	2017	2016	Variação	2017	2016	Variação	2017	2016	Variação	2017	2016	Variação
Vendas e serviços prestados	365.667,19	376.104,46	-3,44%	64.022,32	69.621,07	7,36%	37.516,17	53.299,36	-29,61%				329,81	259,60	26,97%
Custo das vendas e dos serviços prestados	-671.005,81	-749.491,19	-10,47%	-52.335,26	-36.324,65	44,06%	-75.639,57	-52.922,03	43,30%				-51.314,72	-49.418,56	3,84%
Resultado bruto	-305.338,62	-370.386,73	-17,67%	11.687,06	23.296,42	-49,83%	-38.123,40	377,36	-10265,63%	0,00	-187,55	-100,00%	-50.986,11	-48.166,96	3,72%
Outros rendimentos	459.600,53	475.069,69	-3,26%	62.488,54	37.639,40	66,14%	91.428,15	66.981,36	30,66%				61.094,41	53.624,80	13,51%
Gastos de distribuição															
Gastos administrativos	-147.669,86	-167.208,10	-21,02%	-24.964,14	-14.691,81	70,05%	-24.254,61	-18.116,14	33,06%				-16.241,47	-14.075,96	8,26%
Gastos de investigação e desenvolvimento															
Outros gastos	-2.818,73	-8.725,63	-67,72%	-44.079,14	-45.969,15	-4,15%	-23.569,84	-35.463,31	-33,46%				-30.629,50	-746,27	4004,35%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3.606,33	-91.231,77	-103,95%	5.112,32	454,86	1023,63%	6.230,30	16.758,26	-66,67%	0,00	-187,55	-100,00%	-36.761,67	-16.164,41	252,16%
Gastos de financiamento	-8.842,29	-13.954,24	-36,63%	-2.104,14		100,00%	-3.141,43	-1.369,45	129,36%				-2.228,69	-1.661,00	17,67%
Resultado antes de impostos	-5.235,97	-105.186,01	-95,02%	3.008,18	454,86	561,34%	2.108,87	15.388,81	-86,30%	0,00	-187,55	-100,00%	-37.990,56	-12.046,41	215,39%
Imposto sobre o rendimento															
Resultado líquido do período	-5.235,97	-105.186,01	-95,02%	3.008,18	454,86	561,34%	2.108,87	15.388,81	-86,30%	0,00	-187,55	-100,00%	-37.990,56	-12.046,41	215,39%
Unidade monetária Euro															



Demonstrações Financeiras 2017

Demonstrações valências 900201-900202-900406-900512

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

RUBRICAS	900201 - CRECHE		900202 - PRÉ ESCOLAR		900203 - C. BONHOS		900406 - EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA		900512 - SOLIDARIA	
	2017	2018	Variação	2017	2018	Variação	2017	2018	2017	2018
Vendas e serviços prestados	69.659,27	77.459,56	-10,07%	87.060,24	93.935,88	-6,88%	47.331,19	43.432,09	8,80%	
Custo das vendas e dos serviços prestados	-206.917,20	-194.133,07	6,59%	-147.733,03	-106.024,25	-24,87%	-148.897,83	-150.298,12	-1,05%	-17.645,64 -100,00%
Resultado bruto	-137.257,93	-116.673,51	17,84%	-60.672,79	-102.888,37	-41,50%	-101.566,64	-106.866,03	-5,16%	-17.645,64 -100,00%
Quanto rendimentos	179.162,96	142.254,86	25,95%	176.065,52	192.300,74	-6,91%	129.948,22	128.079,44	1,22%	35,87 -100,00%
Gastos de distribuição										
Gastos administrativos	-38.824,30	-22.759,44	70,59%	-34.457,69	-36.736,17	-11,05%	-35.010,41	-34.816,64	0,55%	
Gastos de investigação e desenvolvimento										
Quanto gastos	-766,19	-925,06	-15,01%	-855,43	-1.565,05	-56,12%	-556,87	-636,59	-40,67%	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2.251,64	1.897,83	20,88%	83.879,81	48.371,16	69,90%	-7.285,50	-14.539,81	-49,89%	-17.610,17 -100,00%
Gastos de financiamento	-2.334,33		100,00%	-1.509,74	-4.020,43	-82,45%	-2.598,60	-3.000,07		
Resultado antes de impostos	-68,69	1.897,83	-192,16%	82.369,87	44.350,72	81,63%	-9.884,10	-17.539,88	-43,83%	-17.610,17 -100,00%
Imposto sobre o rendimento										
Resultado líquido do período	-68,69	1.897,83	-192,16%	82.369,87	44.350,72	81,63%	-9.884,10	-17.539,88	-43,83%	-17.610,17 -100,00%
Unidade monetária Euro										



Demonstrações Financeiras 2017

Demonstrações valências 900513-900632-900637-900638-900640

RUBRICAS	900513 - HIGIOLIMPA		900632 - FORMAÇÃO INICIAL FORMADORES		900637 - PRODER		900638 - MEDIDA ESTABIL. 2012		900640 - PROJETO PRODER	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação
Vendas e serviços prestados										
Custo das vendas e dos serviços prestados		-1.390,06		-100,00%						
Resultado bruto	0,00	-1.390,06		-100,00%						
Outros rendimentos		980,29		-100,00%	4.801,33	7.907,07		219,24	8.148,15	8.148,15
Gastos de distribuição										
Gastos administrativos		-4,59		-100,00%						
Gastos de investigação e desamobiment										
Outros gastos										
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	0,00	-414,33	0,00	-100,00%	4.801,33	7.907,07		-4.359,74	8.148,15	8.148,15
Gastos de financiamento										
Resultado antes de impostos	0,00	-414,33	0,00	-100,00%	4.801,33	7.907,07		-4.359,74	8.148,15	8.148,15
Imposto sobre o rendimento										
Resultado líquido do período	0,00	-414,33	0,00	-100,00%	4.801,33	7.907,07		-4.359,74	8.148,15	8.148,15
Unidade monetária Euro										

Demonstrações Financeiras 2017

Demonstrações valências 900641-900643-900647-900648-900649

Handwritten signatures and initials:
 - Top left: A large signature, possibly "R. P. K."
 - Middle left: "R. P. K." and "R. P. K." with initials "R. P. K." and "R. P. K."
 - Middle right: "R. P. K." with initials "R. P. K." and "R. P. K.".

RUBRICAS	900641 - GABINETE ALZHEIMER		900643 - ESTAGIO		900647 - RUIS		900648 - REATIVAR		900649 - FUNDO RAHNA D LEONOR	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Vendas e serviços prestados										
Custo das vendas e dos serviços prestados	-22.255,58	-20.022,65		3.148,44	-49.828,08	1.845,60	-8.808,22	-4.910,14		
		11,15%		-100,00%		40,85%		40,85%		
Resultado bruto	-22.255,58	-20.022,65	0,00	3.148,44	-49.828,08	1.845,60	-8.808,22	-4.910,14	0,00	0,00
Outros rendimentos	1.300,00	1.115,00		885,80	67.297,90		2.256,14	2.017,64		
		16,56%		-100,00%		100,00%		12,32%		
Gastos de distribuição										
Gastos administrativos	-559,12	-1.382,64			-20.249,87	-589,25				
		-59,56%				33,06,55%				
Gastos de investigação e desenvolvimento										
Outros gastos	-485,00									
		100,00%								
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-21.999,70	-20.290,29	0,00	4.034,24	-2.580,05	1.256,35	-6.640,08	-2.892,50	-5.804,71	-1.115,00
		8,42%		-100,00%		305,30%		60,42%		420,60%
Gastos de financiamento										
Resultado antes de impostos	-21.999,70	-20.290,29	0,00	4.034,24	-2.580,05	1.256,35	-6.640,08	-2.892,50	-5.804,71	-1.115,00
		8,42%		-100,00%		305,30%		60,42%		420,60%
Imposto sobre o rendimento										
Resultado líquido do período	-21.999,70	-20.290,29	0,00	4.034,24	-2.580,05	1.256,35	-6.640,08	-2.892,50	-5.804,71	-1.115,00
		8,42%		-100,00%		305,30%		60,42%		420,60%
Unidade monetária Euro										



Demonstrações Financeiras 2017

Demonstrações valências 900650-900647-900652-900653-900654

Handwritten signatures and initials: "ley", "pro", and "GFR".

RUBRICAS	900650 - NR COACHING CUIDAR		900647 - NR IMAGEM POSITIVA		900652 - NR ESPAÇO ESTÍMULO		900653 - ESCOLHAS INTEGRAR EGG		900654 - CENTRO QUALIFICA			
	2017	2016	Variação	2017	2016	Variação	2017	2016	Variação	2017	2016	Variação
Vendas e serviços prestados												
Custo das vendas e dos serviços prestados		-3.333,74	-100,00%		-3.327,71	-100,00%		-854,90	100,00%	-85.490,78	0,00	100,00%
Resultado bruto	0,00	-3.333,74	-100,00%	0,00	-3.327,71	-100,00%	0,00	-854,90	0,00%	-85.490,78	0,00	0,00%
Outros rendimentos		1.801,59	-100,00%		1.801,59	-100,00%		19.397,87	100,00%	124.708,72	0,00	100,00%
Gastos de distribuição		-284,20	-100,00%		-275,47	-100,00%		-18.540,87	100,00%	-39.217,94	0,00	100,00%
Gastos administrativos												
Gastos de investigação e desenvolvimento												
Outros gastos												
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	0,00	-1.816,35	-100,00%	0,00	-1.801,59	-100,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Gasto de financiamento												
Resultado antes de impostos	0,00	-1.816,35	-100,00%	0,00	-1.801,59	-100,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Imposto sobre o rendimento												
Resultado líquido do período	0,00	-1.816,35	-100,00%	0,00	-1.801,59	-100,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Unidade monetária Euro												



Demonstrações Financeiras 2017

Demonstrações valências 900655

RUBRICAS	900655 - POAFMC		Variação
	2017	2016	
Vendas e serviços prestados	-190,48		100,00%
Custo das vendas e dos serviços prestados	-190,48	0,00	100,00%
Resultado bruto	190,48		
Outros rendimentos			
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos			
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	0,00	0,00	100,00%
Gastos de financiamento			
Resultado antes de impostos	0,00	0,00	100,00%
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período	0,00	0,00	100,00%
Unidade monetária Euro			

Handwritten signatures and initials at the top of the page.



Mariquito, Correia & Associados, SROC, Lda.
www.mca.pt

+30 Anos
de Credibilidade, Isenção e Competência

An independent member of
BKR
INTERNATIONAL
www.bkr.com

António Marinho

José Martins Correia

Vera Martins

Maria Mariquês

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMPO MAIOR (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 6.103.075 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.047.163 euros, incluindo um resultado líquido de 2.280 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Decorrente do processo de inventariação dos imóveis efetuado em anos anteriores, conclui-se pela existência de ativos fixos tangíveis não registados na contabilidade, por dificuldades na validação da sua titularidade (doações, heranças, etc.). Por outro lado, os montantes inscritos nas referidas rubricas do balanço, correspondem a valores desatualizados, carecendo de adequadas avaliações. Da conjugação das situações antes referidas resulta a subvalorização do ativo não corrente da Entidade, em montantes que não quantificamos, por carência de informação técnica disponível.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe



Mariquito, Correia & Associados, SROC, Lda.

www.mca.pt

An independent member of
BKR
INTERNATIONAL
www.bkr.com

+30 ^{Anos}
de Credibilidade, Isenção e Competência

uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Linda-a-Pastora, 26 de março de 2018

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

António Francisco Escarameia Mariquito - ROC

